

FAITANIN, P.S. **Ontología de la Materia en Tomás de Aquino**. Pamplona: Cuadernos de Anuario Filosófico, Serie Universitaria, n. 135, 2001, pp. 99; ISSN 1137-2176.

por *Rodolfo Petrônio*

Um dos temas mais difíceis quer do ponto de vista epistemológico quer do ontológico é a questão do estatuto da matéria. Isto em grande parte decorre do fato de que se quisermos atribuir à matéria um predicado envolvemo-nos com uma radical dificuldade, pois se a matéria (ou a materialidade) consiste em *X*, não conseguimos definir claramente este *X*. Ora, sendo assim, torna-se mais do necessário explicitar o mais possível sua natureza, ainda que haja enormes dificuldades em fazê-lo. Neste sentido, o de explicitar e esclarecer o estatuto ontológico da matéria (sua natureza) formulado em Aristóteles e Tomás de Aquino, vem em nosso auxílio o livro do prof. Paulo Faitanin. Ademais, para esta análise ontológica da matéria, cabe descartar os significados científicos em voga, pois os mesmos referem-se a uma matéria designada pela quantidade, *materia signata quantitate*, ou matéria segunda, para a qual basta o aporte experimental das ciências experimentais para a fixação de seu estatuto epistemológico. Interessa, portanto, fixar a natureza da matéria prima, a qual, a partir deste momento, designamos por MP.

Primeiramente, o autor situa genericamente este estatuto: trata-se de um ‘ser em potência’, significando que a MP possui o ser ainda que sob um aspecto de mínima atualidade e em máxima potencialidade, sendo o primeiro sujeito subjacente de toda mudança, quer essencial quer accidental, que tenha dependência da matéria¹. Santo Tomás refere-se a duas assimilações de matéria: (i) matéria como ente sem qualquer forma ou privação que é primeira com respeito a toda forma e privação que lhe advenha, e (ii) matéria como algum gênero como por exemplo, a água que é matéria primeira dos líquidos. Neste último caso não é absolutamente primeira porque é composta de matéria e forma (trata-se claramente de sua assimilação como *materia signata quantitate*), de onde já possui previamente matéria². No livro, é enfocada a matéria segundo a primeira assimilação, a saber, como matéria primeira com respeito a toda a forma e privação.

Definida que matéria será tratada, isto é, a *materia prima*, o autor aborda de forma ordenada as seguintes questões, separando-as por capítulo: sua

¹ Faitanin, *op. cit.* pp. 8-9.

² Tomás de Aquino, *De Principiis Naturae* c2 n346 *apud* Faitanin, *loc. cit.*

origem ou criação; seu caráter entitativo; sua essência; sua natureza e, por fim, os vestígios de Deus em sua essência.

O capítulo sobre a origem da MP inicia-se com um levantamento de teses que Santo Tomás teve de refutar e outras que sustentou. No primeiro grupo, ele teve de rechaçar (i) que a MP não fora criada, isto é, que possuía uma existência *ab eterno* e (ii) que a MP era um princípio potencial criador. No segundo grupo, Santo Tomás sustentou (i) que a MP fora criada por Deus, (ii) que, portanto, tinha em sua mente um conceito da mesma, e (iii) que o tempo foi criado simultaneamente com a MP. Com efeito, trata-se de sustentar que a MP possui um ser, isto é, que não é um “não-ser” ou um ser “absolutamente potencial”, mas que se trata de um “ser em potência”; por isso, foi informada simultaneamente por diversas formas elementares (as formas da corporeidade) em diversas partes de sua essência. Essas formas elementares são: o ar, a terra, o fogo e a água. Nisto, o santo doutor segue Aristóteles com respeito aos quatro elementos construtores das formas corpóreas³, terra, fogo, ar e água. No entanto, tais formas elementares não devem ser vistas como formas específicas ou substanciais: trata-se de formas seminais que determinam o caráter entitativo da MP sem que isto signifique uma atribuição específica de ser, pois, neste caso, a MP não seria um receptáculo de todas as formas naturais específicas, mas teria ela mesma uma forma natural específica, não mais se constituindo num sujeito de todas as formas e privações. Ou seja, em sua criação possuiu o mínimo de ser em ato, informada por diversas formas elementares em diversas partes de sua essência. Por outro lado, o autor chama a atenção para o fato de que “ter início com o tempo” é diferente de “ter início no tempo”, de onde vem a tese tomista da simultaneidade da criação do tempo com a criação da MP⁴.

O capítulo sobre o caráter entitativo da MP inicia-se com a exposição do *paradoxo do duplo tempo*. Se há um tempo para a criação da MP, prévio e

³ Penso que cabe aqui uma observação *en passant*: não cabia ao doutor angélico criticar o aporte experimental da ciência de sua época. Por sua clarividente lucidez, Santo Tomás utiliza as bases da cosmologia então vigente. Ora, se as explicações científicas de seu tempo eram suficientes para dar conta dos mecanismos causais eficientes para os fenômenos sublunares, cabia-lhe, como filósofo, lançar mão do que uma física experimental de quinze séculos indicava. Destarte devemos seguir o espírito de Santo Tomás: se a nossa física experimental aponta para blocos construtores que não podem mais estar baseados naquelas quatro formas elementares, busquemos então uma nova formulação para este aspecto entitativo da MP, sem descurar dos fins metafísicos a que se destina. Baseados no aporte da física contemporânea, a saber, naquilo que temos por certeza científica, ainda que esta sofra adequações ao longo do tempo, sigamos a rota desenhada pelo doutor angélico, ainda que o pavimento da estrada seja de outra natureza.

⁴ Faitanin, *op. cit.*, pp. 11-19.

simultâneo, e outro para sua informação, posterior e sucessivo, conviveríamos com um duplo tempo. Argumenta Santo Tomás que isto não ocorre pelo simples fato de que coincidiram a criação da matéria e a criação do tempo, isto é, há um único tempo: aquele que mede o movimento. Daí não ser possível que a MP tenha sido desde o início desprovida de qualquer forma, senão que tais formas elementares que lhe dão o ser são formas que não são a causa da diversidade específica dos entes mas as razões seminais tanto desta diversidade quanto da distinção numérica das formas específicas, por meio da matéria segunda ou matéria *signata quantitate*, que são os indivíduos⁵.

No capítulo terceiro⁶, o autor trata a questão da essência da MP. Um ponto fundamental é afirmar a realidade da MP, isto é, que não se trata de uma abstração ou de um “ente de razão”, mas de um constitutivo absolutamente radical dos entes naturais. Se é assim, como fazer então para analisar seu conceito? Ora, o conceito de algo é um universal que é extraído pelo processo de abstração, o que significa que a MP deveria ter um caráter de inteligibilidade de tal ordem que nossa inteligência seria capaz de abstrair do ente real MP suas notas constitutivas, suas propriedades e atributos, por meio de um “universal”. *Os universais são reais*, eis uma fórmula reconhecidamente válida para Santo Tomás. Destarte seríamos capazes de situar a MP em algum gênero lógico ou predicável bem como extrair-lhe uma matéria inteligível ou comum, que é a matéria tratada pelas ciências experimentais, notadamente a física. Neste caso a MP possuiria alguma individualidade, pois os predicáveis são atribuídos aos indivíduos. Sabemos, porém, que a MP não é um indivíduo mas contém as razões seminais de todos os entes naturais, sendo sujeito comum de todos os indivíduos materiais. Uma terminologia interessante para caracterizar este estatuto *sui generis* da MP foi dada pelos escolásticos: *materia ex-qua*, a saber, substrato real e comum de todas as formas específicas presentes na natureza e que são *projetadas*⁷ no espaço-tempo, em oposição à *materia in-qua*, a saber, universal que especifica aquilo que é projetado no espaço-tempo. Assim resume o autor a questão da essência da MP

A essência da matéria prima se constitui de um modo *sui generis*. Sua essência não é individual [... nem] se segue necessariamente que foi informada por diversas formas específicas [mas] por diversas formas [elementares] nas suas diversas partes potenciais⁸.

⁵ Idem ibidem pp. 21-59.

⁶ Idem ibidem pp. 61-71.

⁷ Grifo nosso pois o termo não se encontra no livro do Prof. Paulo Faitanin.

⁸ Idem ibidem p. 70.

Dado que de tudo o que possui um ser segue-se que opera por meio de uma natureza que lhe é própria, o Prof Faitanin conduz-nos à questão sobre a natureza da MP⁹ no quarto capítulo. As formas elementares estabelecem de fato qual a natureza da matéria; é a partir do ser mínimo do qual dotam a MP que são extraídas as formas dos compostos bem como primeiramente as formas substanciais mais simples, que são aquelas que dão o ser aos compostos mais básicos da estrutura dos corpos físicos. Este ser da MP, ou sua natureza, resulta da

relação entre as formas elementares [ou] da mútua ordenação entre as potências ativas e passivas das qualidades das diversas formas [elementares ...] E chamamos *natureza da matéria* a esta ordenação [...] produzida a partir das aletrações das qualidades das formas elementares com vista às formas dos compostos¹⁰.

Por isso, o autor chama a atenção para o fato de Santo Tomás dizer que a MP se ordena indiferentemente a todas as formas substanciais. Esta tendência que se manifesta em razão das relações entre as formas elementares no interior da MP é o fundamento da potencialidade de tudo o que é eduzido desta, desde os entes mais simples até os compostos¹¹. Importantíssimo salientar que educação significa a obtenção de formas substanciais¹² e que, portanto, todo o atual que se encontra na forma dos compostos já existia de modo virtual nas diversas formas elementares no interior da MP. A virtualidade implica estar presente a título de potência. Vale dizer, no entanto, que no interior da MP as formas elementares não se encontram presentes a título virtual como estão na essência nos compostos¹³, mas estão presentes atual e realmente, não significando esta atualidade algum ato determinado.

O autor encerra o livro expondo a problemática da comunicabilidade da MP e de como nesta estão presentes vestígios de Deus, dado tratar-se de algo criado. Primeiramente nos esclarece sobre como pode algo a que é dado

⁹ Idem ibidem, pp. 73-85.

¹⁰ Idem ibidem, p. 76.

¹¹ “Eduzido” é um termo técnico; significa que o que é extraído não é da mesma natureza daquilo a partir do qual é extraído, nem tampouco se trata de uma criação, pois esta supõe uma extração *ex nihilo*, que é exclusiva de Deus.

¹² Cabe observar o seguinte: são eduzidas da potência da MP as formas dos entes mais elementares da natureza, a saber, partículas e campos e, a partir destes, as formas dos compostos, desde os mais simples, como os átomos até os mais complexos como as das formas corpóreas. Para uma análise extensa e interessante desta distinção entre os níveis corpóreo (macroscópico) e sub-corpóreo (micro-físico) ver Wolfgang Smith, *The Quantum Enigma: finding the hidden key*, Sherwood Sugden & Co, Illinois, 1995, pp. 1-42.

¹³ A essência dos entes naturais é uma composição real de matéria (prima) e forma (substancial).

o ser por meio de formas (vale dizer, elementares) não ser incomunicável. No entanto tais formas elementares estão presentes virtualmente em tudo o que é composto de matéria e forma, sendo sujeito potencial e comum de muitos indivíduos, tornando possível a mudança, geração ou corrupção. Nisto a MP é imperfeita: não possui tais formas elementares em ato, caso contrário seu ser seria incomunicável. Por isso, conclui o autor, “se tivéssemos que atribuir alguma perfeição à essência da MP, esta seria seu poder ser muitas coisas em potência; e se fôssemos destacar-lhe alguma imperfeição, esta seria a de nada ser em ato”¹⁴. Não obstante a MP ser comunicável a muitos sujeitos enquanto que a essência de Deus é incomunicável, se pode nela encontrar vestígios de Deus a partir de seu ser minimamente potencial e de sua unidade potencial por três razões: a primeira é que é *complemento do universo*; a segunda é que é *princípio da geração dos entes particulares* e a terceira é que é *sujeito das formas, pelo que participa das perfeições divinas*.

Rodolfo Petrônio

Prof. Substituto/UFF

Doutorando em Filosofia/PUC-Rio

¹⁴ Idem ibidem, p. 89.